

Crianças com a mãe ou o pai na prisão. Se não percebem o que se passa, “podem culpar-se”

Entrevista

Ana Cristina Pereira Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

Liz Ayre Directora executiva da COPE – Children of Prisoners Europe diz que é importante manter uma comunicação fluida

Está a evoluir o reconhecimento do direito à vida familiar, sobretudo desde 2018, ano em que o Conselho da Europa recomendou aos Estados-membros que tenham “em mente que as crianças com pais presos não cometeram qualquer crime”. E que “é necessário salvaguardar o seu direito a manter uma relação afectiva e continuada com o progenitor preso”. Vários países ainda não incorporam esta perspectiva dos direitos das crianças. Liz Ayre, que fez parte da equipa que elaborou a Recomendação do Conselho da Europa, investigou essas lacunas e está empenhada em disseminar boas práticas pela Europa fora. A conferência anual da COPE, que tem sede em Paris, decorre hoje em Cascais. A directora executiva não podia faltar ao evento, desta vez organizado em parceria com a Confiar – Associação de Reinserção Social, sob o lema “Os meus pais foram presos, e agora? Políticas públicas para o futuro”. **Há noção da vulnerabilidade em que se encontram crianças e jovens com pais presos?** As pessoas nem sempre percebem. Há pessoas que dizem: “Nunca pensei nos reclusos como pais.” Falando de contacto, algumas dizem: “As prisões não são lugar para crianças.” Em França, por exemplo, é preciso uma autorização de um tribunal para uma criança visitar o pai ou a mãe na prisão. Muitas vezes, os juizes bloqueiam, alegando que a prisão não é um lugar apropriado. Com o tempo, as pessoas vão entendendo mais, até pelo trabalho que tem sido feito pela COPE. Não só pela COPE. Temos uma rede de parceiros incríveis. **Ainda há quem não veja o contacto como um direito da criança mas como um privilégio do preso?** O contacto das crianças com os pais na prisão é um direito estabelecido na Convenção sobre

os Direitos da Criança, mas há diferentes perspectivas. Uns dizem: “Sim, isto é importante, vamos organizar visitas amigas da criança nas prisões.” Outro dizem: “Bom, isto tem de ser baseado no mérito.” Nos Países Baixos, ouvimos ainda este ano dizer que deve ser baseado no mérito. Não estou a dizer que todas as prisões fazem isso, mas que houve uma que verbalizou isso, no sentido de providenciar algum incentivo. A ideia de mérito é subjectiva. O que tu vês como mérito pode ser diferente do que eu vejo. Então, quem merece estar em contacto com os filhos? Se tens um *standard* de direitos de contactos, se dizes que isso é muito bom para as crianças, enfraqueces essa ideia de meritocracia. Estás a falar do bem-estar de crianças.

Como se chegou a 800 mil crianças com o pai ou a mãe na prisão na UE a 28?

É uma resposta complicada. A recolha de dados é um dos maiores desafios. Nuns sítios, é uma violação fazer perguntas sobre a situação familiar. Noutros, os pais têm medo de revelar que têm filhos, têm medo que lhes sejam retirados e dados para adopção. Noutros, essa informação é recolhida à entrada, mas não fazem nada com ela. Fica no dossier pessoal. O que fizemos nem é uma estimativa, é uma extrapolação. Tem por base dados recolhidos pelo instituto nacional de estatística em França. O que eles fizeram foi olhar para 1700 reclusos e para a sua história familiar e estabeleceram uma taxa de parentalidade de 1.3. Isso foi feito em 2000, mas é uma estatística autêntica. E nós usamos. Olhamos para a população dos vários países e extrapolámos. Em Portugal é de 15.500, aproximadamente. Isto são crianças separadas do pai ou da mãe por estarem na prisão num determinado dia.

Identifica uma série de vulnerabilidades: separação familiar, relações familiares enfraquecidas, dificuldade financeira, estigma e vergonha, baixo desempenho escolar, bullying, uso de drogas, comportamento anti-social/delinquente, maior risco de problemas de saúde mental... Isso não acontece a todos, mas há vários estudos que mostram essas várias consequências para crianças com pais presos e sem apoio



“**Olhámos para a população dos vários países e extrapolámos. Em Portugal é de 15.500, aproximadamente. Isto são crianças separadas do pai ou da mãe por estarem na prisão num determinado dia**”

adequado. É importante ter isto presente: sem apoio adequado. Um dos grandes assuntos é o que não é dito. A detenção acontece de forma abrupta, rápida. Há vergonha, estigma associado. Muitas vezes acha-se que é mais fácil não dizer às crianças o que aconteceu. Em prisões em França ouvi crianças a perguntar: “O pai está aqui a trabalhar num projecto especial? É um projecto secreto e ele não pode ir para casa?” Muitas coisas não são ditas. As crianças, em determinada fase do seu desenvolvimento, podem culpar-se. “O que fiz para o pai ir embora?” É um problema que, com frequência, as palavras não estejam associadas aos acontecimentos. A comunicação tem que ser fluida. Imagine-se uma família com uma criança mais nova. O pai foi preso. As crianças mais velhas sabem o que se passa. Elas e a mãe vão fazer um luto e a criança mais nova está cortada

desse processo. Chama-se a isto “perda ambígua”. A criança não percebe a razão pela qual há esta tristeza na família.

Ficam quase sempre à guarda de uma mulher – a mãe, a avó, a tia. É diferente, para a criança, quando é a mãe que vai presa? Há mais instabilidade. As mães, em média, recebem menos visitas do que os pais. Isso tem que ver com a distância (há menos prisões de mulheres), mas também com a instabilidade. Talvez os avós estejam a tomar conta das crianças sem receber qualquer apoio do Estado.

Estamos a falar na prisão, mas as dificuldades começam logo na detenção...

Nós trabalhamos com a polícia, com os tribunais, com as prisões, para terem as crianças em conta. Se estão a julgar um pai, há perguntas que precisam de ser feitas: “Onde estão as crianças? quem cuida delas?” Chamamos a este projecto *childchecks*. A ideia é estabelecer algum controlo sobre o que se passa com a criança desde a detenção até à libertação. Na detenção, se há crianças, deve haver um polícia designado. Há coisas simples que pode fazer, como levá-las para outra divisão da casa, explicar o que está a acontecer com palavras que elas possam entender.

Em Portugal houve um projecto-piloto em Braga, uma sala especial, com livros, jogos e brinquedos, onde os pais recebiam as crianças, mas não vingou...

Recriar actividades ajuda a manter o papel parental vivo. E o laço. Às vezes, é muito simples. É pôr um tapete, pintar a sala com uma cor mais amigável, ter alguma coisa que seja agradável para as crianças. É a ideia de contacto diferente. Nem todos querem sentar-se conversar. Depende da idade, do humor, de como se sentem naquele dia.

Qual a primeira regra para evitar problemas de saúde mental?

A criança ou jovem ter um adulto de confiança, alguém que seja constante, com quem possa contar. Todos os estudos mostram isso. A adolescência é um tempo difícil. Deve haver algum tipo de ajuda disponível. Pode ser uma organização não governamental. É muito importante que haja apoio, sobretudo se não houver o tal adulto de confiança.